

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.353.009 - RS (2018/0219311-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **DANI MARILU GRAF SCHMIDT**  
**ADVOGADOS** : **MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143**  
**AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958**  
**JOÃO PEDRO WEIDE E OUTRO(S) - RS057079**  
**AGRAVADO** : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **PAULA MALTZ NAHON - RS051657**  
**GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046**  
**CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325**  
**JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775**  
**DÉBORA MARCELO ALEXANDRE E OUTRO(S) - RS101112**

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. SUPOSTA POSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DE VALORES QUE FOI AFASTADA NA ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por DANI MARILU GRAF SCHMIDT em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (e-STJ fls. 1.069-1.078).

Opostos embargos de declaração, restaram acolhidos para sanar omissão (e-STJ fls. 1.122-1.1.133)

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 1.139-1.158), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, 141, 223, 492, 505 e 507 do CPC/2015.

Alega negativa de prestação jurisdicional por omissão, sob a alegação de que o valor confessado como devido pela executada na inicial do incidente se enquadra

nos casos de exceção estabelecido pelo juízo universal (e-STJ fl. 1.146).

Defende que o bloqueio para a garantia do juízo foi efetuado em 30/01/2014 e a impugnação foi apresentada em 11/08/2014, ocasião em que a devedora expressamente confessou ser devido o valor de R\$ 229.786,86 (e-STJ fl. 1.147).

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide **com fundamentação suficiente a controvérsia**.

A pretensão recursal, em verdade, traduz-se em **inconformismo** com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.*

(...)

*2. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.*

*3. (...)*

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1265516/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010, grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. [...]

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

No que tange à violação dos arts. 141, 223, 492, 505 e 507 do CPC/2015, o inconformismo mais uma vez não prospera.

Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela ausência de preenchimento dos requisitos para liberação dos valores em favor da parte ora recorrente, com a seguinte fundamentação:

*Conforme, depreende-se nas cópias da impugnação ao cumprimento de sentença de fls 02/16; e-fls.933/947, acostadas nos documentos do agravo de instrumento (70075084970), não há concordância expressa da empresa ré quanto ao montante devido à autora. De mesmo modo, estando a impugnação ao cumprimento de sentença ainda passível de julgamento, resta vedada a expedição de alvará, conforme as diretrizes estabelecidas nos autos da Recuperação Judicial.*

*Assim sendo, não há omissão ou erro material na referida decisão, tratando-se os embargos opostos de mera rediscussão da matéria. (e-STJ fl. 1.131 g.n.)*

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal

demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

No mesmo sentido: AREsp nº 1.446.413-RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, in DJ 22.04.2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, in DJ 03.06.2019.

**Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE provimento.**

Advirta-se que *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"* (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator